

Basta de impunidade! Dia internacional da memória trans

No dia da memória trans, o Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos (Raça e Igualdade) é solidário com as lutas das mulheres trans contra as várias formas de violência de que foram vítimas, particularmente a violência que levou suas vidas. Qualquer processo de discussão sobre a implementação de políticas ou o reconhecimento da identidade de gênero deve ter como base fundamental a luta contra os assassinatos de pessoas trans. Essa é a tarefa mais básica dos Estados.

O Brasil continua sendo o país com o maior número de assassinatos contra pessoas trans no mundo. O dossiê sobre assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018, elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA), observou que, somente em 2018, ocorreram 163 assassinatos de pessoas trans, sendo 82% de pessoas negras. O Rio de Janeiro foi o estado em que o maior número de pessoas trans foram mortas, com 16 assassinatos. De acordo com dados atuais da ANTRA, pelo menos 106 pessoas trans foram mortas no Brasil em 2019, contadas até 11 de novembro.

Os assassinatos contra pessoas trans também são repetidos por todos os países da região da América Latina e do Caribe; Colômbia, República Dominicana, Honduras, México, etc. O esforço de algumas organizações da sociedade civil para documentar melhor essa violência resultou em vários observatórios regionais que monitoram a violência na região: Violência LGBT, Rede Lactrans, ILGALac, entre outros. No entanto, esses esforços valiosos não substituem o dever dos Estados quanto ao registro e investigação adequados dessas violências. A esse respeito, o Especialista Independente em proteção contra violência e discriminação com base na orientação sexual ou identidade de gênero e Expressão de Gênero, declarou em seu relatório de 2019 sobre coleta e gerenciamento de dados:

“[A] desagregação de dados que permite comparações entre grupos populacionais faz parte das obrigações dos Estados no campo dos direitos humanos e se tornou um elemento da abordagem baseada no uso de dados com base nos direitos humanos. ”

Nesse sentido, destacamos a relevância de não apenas caracterizar adequadamente a violência contra a população trans, mas também de uma melhor caracterização, que explique seu status socioeconômico, seus contextos educacionais e suas características raciais, bem como evidencie, em países como o Brasil, como a intensidade da violência de identidade de gênero, especialmente a violência contra pessoas trans, teve um impacto particular contra pessoas afrodescendentes.

Essa tarefa, além de ser realizada em trabalhos adequados de investigação e acusação do ponto de vista criminal, deve ser acompanhada de ações preventivas nas diferentes áreas de proteção de direitos. Isso inclui a construção de políticas que respondam à origem dessa violência

múltipla: prevenção da violência doméstica devido à identidade de gênero, assédio moral transfóbico em contextos educacionais, assistência médica adequada com uma abordagem diferenciada, além de ações transformação e abertura nos espaços de trabalho, são algumas das abordagens a serem adotadas.

Raça e Igualdade, em parceria com as organizações da sociedade civil com as quais trabalhamos na região da América Latina, continuaremos a exigir aos Estados políticas integrais de respeito à identidade de gênero, a fim desnaturalizar a violência contra pessoas trans e, acima de tudo, o esquecimento de nomes e vidas que também merecem viver com total respeito à sua dignidade e plena garantia de seus direitos.